



CONGRESSO NACIONAL

MPV - 382

00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 02/08/2007	Proposição Medida Provisória nº. 382, de 27 de julho de 2007.			
Autor DEPUTADO JULIO SEMEGHINI	Nº de prontuário			
1. Supressiva	2. <input checked="" type="checkbox"/> Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

O inciso III do art. 1º da Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I -

II -

III - No Capítulo 85 e nos códigos 7308, 7321, 8403, 8414, 8415, 8418, 8419, 8421, 8422, 8423, 84.29, 8432.40.009, 8432.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 8443, 8450, 8451, 8452, 8467, 8469, 8470, 8471, 8472, 8473, 8476, 8481, 8486, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05, 87.06, 9001, 9011, 9012, 9013, 9014, 9015, 9016, 9018, 9021, 9022, 9023, 9024, 9025, 9026, 9027, 9028, 9029, 9030, 9031, 9032, 9033, 9107, 9405.”

JUSTIFICATIVA

Intenta a presente Emenda incluir nos benefícios fiscais previstos na Medida Provisória 382 os produtos do setor elétrico e eletrônico. Os benefícios fiscais previstos na referida MP consistem de um lado na autorização para aproveitamento imediato dos créditos das contribuições ao PIS/PASEP e ao COFINS incidentes nas aquisições de bens de capital destinados à produção de bens ou serviços que pela regra geral só pode ocorrer na proporção de 1/48 por mês e de outro a redução do percentual de 80% para 60% para fins de caracterização de empresa preponderantemente exportadora para beneficiar-se da suspensão da incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS e do IPI sobre os insumos utilizados no processo industrial.



A histórica ausência de uma política industrial para o setor elétrico e eletrônico tem acarretado a esse segmento uma crescente dependência de fornecedores externos de componentes e outros produtos eletro-eletrônicos. Nosso País, que sempre teve uma forte indústria de bens finais, assiste hoje a uma acelerada desindustrialização nesse segmento por conta da ausência dessa política e da concorrência, em muitos casos desleal, de produtos asiáticos. Esse quadro tem se agravado ultimamente com a prolongada valorização do real em relação ao dólar tornando os produtos importados ainda mais competitivos. O setor já chegou a empregar no passado mais de 300.000 trabalhadores diretos hoje reduzidos a aproximadamente 150.000 trabalhadores. As importações do setor no ano de 2006 atingiram a cifra de US\$ 19 bilhões e as exportações apenas US\$ 9 bilhões com um déficit de US\$ 10 bilhões.

A possibilidade de aproveitamento imediato dos créditos das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS nas compras de bens de capital, deverá trazer um novo alento a esse setor pois a desoneração se tornará uma forte atração para novos investimentos produtivos no País.

Se a competição no mercado interno é acirrada, no mercado externo as dificuldades são ainda maiores. Empresas que exportam grandes volumes de mercadorias, mas não atingem o percentual de 80% para caracterizar-se como empresa preponderantemente exportadora, ficam alijadas dos benefícios da suspensão de tributos nas compras de insumos. Por não possuírem vendas em volume suficiente no mercado interno, essas empresas acabam acumulando créditos em valores substanciais, exigindo assim a adoção de procedimentos para ressarcimento desses créditos junto ao Fisco. A liberação desses valores pelo Fisco não é feita de imediato havendo casos com pendências por vários anos sem uma decisão, afetando dramaticamente o capital de giro dessas empresas e refletindo negativamente nos preços de seus produtos no mercado externo.

A inclusão do setor elétrico e eletrônico na redução do percentual de 60% para fins de caracterização de empresa preponderantemente exportadora, permitiria uma melhoria nesse quadro de dificuldades, com ampliação do poder competitivo das empresas exportadoras, sem que isso possa acarretar renúncia fiscal adicional, pois o benefício fiscal da suspensão dos tributos está condicionada à efetiva exportação dos produtos industrializados sendo que sobre estes não há incidência de quaisquer tributos ou contribuições.

PARLAMENTAR

